

O golpe civil-militar de 1964: relações com o imperialismo norte-americano

FELIPE ALEXANDRE SILVA DE SOUZA*

Resumo

Este artigo pretende examinar em linhas gerais as relações entre o golpe civil-militar que destituiu João Goulart da Presidência do Brasil em 1964 e o imperialismo dos Estados Unidos da América. Para isso, nos baseamos na concepção leniniana de imperialismo que, a partir de Marx, analisa o modo de produção capitalista como inerentemente expansionista, decorrendo daí que o imperialismo é uma fase de desenvolvimento necessária e mais avançada do capitalismo. Demonstrado esse processo, é possível compreender mais claramente porque um dos objetivos do golpe de 1964 foi facilitar a expansão do capital monopolista imperialista no Brasil.

Palavras chave: Golpe civil-militar; Imperialismo; Brasil; Estados Unidos.

* FELIPE ALEXANDRE SILVA DE SOUZA é Mestrando em Ciências Sociais pela Unesp/Marília.



1. Introdução

Em março de 1964, membros de uma missão diplomática dos Estados Unidos da América no Brasil chegaram, em uma reunião, ao consenso de que a simpatia do presidente João Goulart (Jango) a reformas econômicas e sociais era um forte indicativo de um plano secreto para instaurar uma ditadura e entregar o Brasil ao bloco soviético (Blum, 2004). No último dia do mês, setores conservadores das Forças Armadas e da sociedade civil derrubaram o governo constitucional de Jango e deram início a uma ditadura civil-militar¹ que se estendeu até 1985.

¹ Neste artigo, usaremos nos referimos à ditadura iniciada em 1964 como um governo civil-militar, para ressaltar que a ditadura não foi, de forma alguma, de responsabilidade apenas das Forças Armadas. “Apesar de a administração pós-1964 ser rotulada de ‘militar’ por muitos estudiosos de política brasileira, a predominância contínua de civis, os chamados técnicos, nos ministérios e órgãos administrativos tradicionalmente não-militares é bastante notável (Dreifuss, 1981, p.417).”

O golpe foi “o ponto culminante de um processo conspiratório no qual a Embaixada Americana esteve intimamente envolvida (Blum, 2004, p.163, tradução nossa)”.

Mais do que um evento isolado, o golpe de 1964 faz parte de uma série de golpes cívico-militares que, sempre com o apoio dos EUA, alastraram a América Latina entre o fim da Segunda Guerra Mundial (1945) e o fim da União Soviética (1991) (Blum, 2004). O anti-comunismo e o temor de que os soviéticos por ventura ganhassem influência no continente americano, que desde o início do século XIX foi tradicionalmente uma esfera de influência dos EUA, certamente influenciaram a política externa dos EUA em seu apoio ideológico, financeiro e logístico à derrubada de líderes populares latino-americanos. Mas essa explicação é incompleta. Pretendemos, neste artigo, mostrar as causas materiais mais profundas do apoio do governo estadunidense ao

golpe militar de 1964². O governo civil-militar brasileiro e seus correspondentes nos demais países latino-americanos fazem parte não apenas do jogo de interesses da Guerra Fria, mas de um processo muito mais amplo e profundo, que se iniciou, nos dizeres de Lenin, por volta de 1898, ano da Guerra Hispano-Americana, que marca a conquista colonial das Filipinas pelos EUA e um dos primeiros conflitos típicos da fase monopolista e imperialista do sistema capitalista mundial, fase na qual guerras de rapina e outras manobras econômicas, militares e político-diplomáticas abrem caminho para que os monopólios, consórcios e trustes, que se fortaleciam nos EUA desde 1880, tomem a dianteira da partilha econômica do planeta (Lenin, 1976, apud Suárez, 2006).

Para conferir clareza à nossa análise, primeiramente faremos uma breve exposição das bases teóricas que utilizaremos neste artigo. Em primeiro lugar, daremos ênfase à esfera econômica dos acontecimentos. Faremos isso porque para chegar às determinações mais profundas dos fenômenos sociais, devemos ter em mente, como nos aclara Marx (2012), que o único pressuposto indispensável para qualquer formação social é a existência de seres humanos vivos. Para sobreviver, os homens devem realizar intercâmbio com a natureza e dela extrair o necessário para se reproduzir enquanto espécie. Mas o modo como praticamos essa relação nos diferencia dos animais. O ser humano é capaz de reproduzir a natureza em sua mente, incorporando experiências adquiridas e

tornando sua ação no ambiente cada vez mais complexa, e, nesse processo, tanto homem quanto natureza se modificam cumulativamente. A essa atividade específica, de intercâmbio com a natureza mediado pela consciência, damos o nome de trabalho. Nas palavras de Marx,

O trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. [...] Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. [...] O que distingue o pior arquiteto da melhor abelha é que ele figura na mente sua construção antes de transformá-la em realidade (Marx, 1985, p.202).

Se para sobreviver os homens se relacionam com a natureza por meio dessa forma específica de atividade, o trabalho, então o trabalho é a categoria fundante da sociabilidade, e a forma como os seres humanos organizam o trabalho está, em última instância, na base do desenvolvimento de outros fenômenos sociais. Para fins didáticos, podemos dizer que há uma estrutura econômica da sociedade, que compreende as relações de produção, e essa estrutura dá origem a uma “superestrutura jurídica e política [...] à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual (Marx, 2007, p.47)”. Por isso, faremos uma exposição do modo de produção capitalista³ e sua

² Não pretendemos de forma alguma dar a impressão de que os interesses dos EUA eram os únicos fatores determinantes para a condução do golpe de 1964, mas por limitações de espaço, não faremos menção às questões internas que influenciaram nesse processo.

³ Quando mencionamos estrutura, superestrutura e o condicionamento da segunda pela primeira,

fase imperialista, para que quando chegarmos ao caso do golpe militar de 1964 e a influência dos EUA, suas determinações materiais estejam claras.

2. O modo de produção capitalista e seu estágio imperialista

A definição precisa de capitalismo ainda é alvo de controvérsias, e caracterizá-lo em um espaço pequeno é tarefa arduosa, porém consideramos que esse sistema econômico é uma relação social baseada na concentração de riqueza social e na polarização entre indivíduos separados dos meios de produção (ou seja, os trabalhadores, que compõem a maioria esmagadora da população) e os detentores da propriedade privada desses meios (os capitalistas, minoria da concentração). Privados das condições de reproduzir sua existência, os trabalhadores são obrigados a vender sua força de trabalho aos capitalistas, que não só vivem do trabalho das outras pessoas como buscam lucrar continuamente com o trabalho excedente de seus empregados. Colocando de forma simples, “a *raison d’être* [do sistema do capital] é a extração máxima do trabalho excedente dos produtores (Mészáros, 2002, p.99)”.

“Com relação à sua determinação mais profunda, o sistema do capital é orientado para a expansão e movido

não pretendemos menosprezar a importância das esferas ideológica, política, intelectual, etc. A própria divisão entre estrutura e superestrutura atende acima de tudo a fins didáticos, uma vez que, como nos alerta Mészáros (2011), na vida real não há uma linha clara dividindo estrutura e superestrutura, e uma causa alterações na outra constantemente. Embora em última instância a base esteja nas relações de produção, todas as outras esferas de sociabilidade são essenciais para a manutenção e desenvolvimento da esfera econômica. Por exemplo, sem a formação dos estados nacionais e a ideologia burguesa, o modo de produção capitalista seria insustentável.

pela acumulação (Mészáros, 2002, p.100).” Ou seja, a busca incessante pela produção e acumulação de mais-valia que rege o modo de produção capitalista cria a necessidade crescente de mercados e impele os detentores dos meios de produção a extrapolar suas atividades para além das fronteiras de seus países de origem. A burguesia é obrigada a estabelecer vínculos de exploração em todos os lugares possíveis (Marx e Engels, 2008), e por isso a expansão mundial das classes exploradoras dos países desenvolvidos tem sido um dos movimentos históricos mais significativos dos últimos séculos.

Nas palavras de Marx (1985), o capital nasceu gotejando sangue e lama dos pés à cabeça. O período de acumulação primitiva de capital, que deu origem ao modo de produção capitalista (consolidado no século XVI), foi caracterizado pela separação violenta dos trabalhadores de seus meios de produção e também pela ocupação, administração e exploração europeia de outras áreas do mundo.

A descoberta das minas de ouro e prata da América, o extermínio das populações indígenas, sua escravização ou seu enterramento nas minas, a conquista e o começo da pilhagem das Índias Ocidentais, a transformação da África em um vasto cercado onde se caçavam negros, tudo isso caracteriza a aurora da era da produção capitalista. Esses procedimentos idílicos são os fatores importantes da acumulação primitiva. (Marx, 1985, p.580)

Nesse processo, os conflitos comerciais entre as nações europeias começaram a se agravar, e as resoluções bélicas se tornaram cada vez mais frequentes, como na guerra dos Países Baixos contra a Espanha (1581), a guerra da Inglaterra contra a França Jacobina

(1793) e as guerras inglesas contra a China em torno da comercialização de ópio (1840) (Marx, 1985). Em 1648, com o objetivo de evitar esses conflitos e criar certo equilíbrio político na Europa, as principais nações assinam o Tratado de Westfalia, segundo o qual não haveria qualquer tipo de autoridade acima dos estados integrantes do sistema político internacional (Arrighi, 2010). Mas, na prática, o Tratado não impediu a ascensão da Holanda como país dominante e centro de acumulação capitalista.

A história da colonização holandesa no século XVIII — era a Holanda o modelo da nação capitalista — desenrola um quadro incomparável de traições, de corrupção, de assassinatos e ignomínia. Para se apoderar de Malaca, os holandeses corromperam o governador português, que lhes abriu as portas em 1641. Em seguida, correram à sua casa e o mataram para não lhe pagar a soma de 21.875 libras esterlinas, que fora o preço de sua traição. Por toda parte a devastação e o despovoamento seguiram seus passos. Em 1750, Banjuwangi, província de Java, contava com mais de 80.000 habitantes. Em 1811 esse número caíra para 8.000. (Marx, 1985, p.583)

No final do século XVIII, a Holanda entrou em declínio e o Tratado de Westfalia se tornou obsoleto com a ascensão da Inglaterra, que graças à Revolução Industrial alcançou o posto de nação dominante. O Império Britânico em seu apogeu ocupou militarmente e administrava cerca de quarta parte da superfície terrestre (Hobsbawm, 2007). Durante o domínio inglês, especialmente a partir da década de 1870, o desenvolvimento da economia mundial passou por alterações significativas, marcando, segundo Lênin (2012), a passagem do capitalismo de

sua fase pré-monopolista de livre concorrência para seu estágio monopolista e imperialista, na qual há a predominância dos monopólios, da exportação de capitais e da competição intercapitalista em níveis interestatais. As principais características do imperialismo são as seguintes:

A) A concentração da produção e do capital em nível elevado, resultando na formação de monopólios. “O enorme aumento da indústria e o processo notavelmente rápido de concentração da produção em empresas cada vez maiores constituem uma das particularidades mais características do capitalismo (Lênin, 2012, p.37).” Ao analisar os países centrais europeus e os Estados Unidos, Lênin constatou que um número cada vez maior de empresas controla parcelas cada vez maiores do comércio e do emprego maquinário, matérias primas e mão de obra. Na década de 1870 os cartéis começam a se desenvolver, e, a partir de 1900, passam a ser a base de toda a vida econômica (Lênin, 2012). “Os cartéis estabelecem entre si acordos sobre as condições de venda, os prazos de pagamento etc. Repartem os mercados de venda. Fixam a quantidade de produtos a fabricar. Estabelecem os preços. Distribuem os lucros entre as diferentes empresas etc. (Lênin, 2012, p.44).”

B) A fusão do capital bancário com o capital industrial e a criação do capital financeiro. A tarefa básica dos bancos é a de mediar pagamentos, reunindo rendimentos em dinheiro e os colocando à disposição do capitalista (Lênin, 2012). Mas, quando os bancos se desenvolvem e passam pelo processo de monopolização, tornam-se forças poderosas que dispõem de grande parte do capital da burguesia e pequena-burguesia (Lênin, 2012). Na medida em que os bancos fazem operações

monetárias isoladas para a burguesia industrial, isso não afeta a independência do empresário. Porém,

se essas operações se tornam cada vez mais frequentes e mais sólidas, se o banco “reúne” nas suas mãos capitais imensos, se as contas correntes de uma empresa permitem ao banco — e é assim que acontece — conhecer, de modo cada vez mais pormenorizado e completo, a situação econômica de seu cliente, o resultado é uma dependência cada vez mais completa do capitalista industrial em relação ao banco (Lênin, 2012, p.68).

Desse modo, ocorre a união dos bancos com as maiores empresas industriais, “a fusão de uns com as outras mediante a aquisição das ações, mediante a participação dos diretores dos bancos nos conselhos de supervisão (ou de administração) das empresas industriais e comerciais, e vice-versa (Lênin, 2012, p.68)”.

C) A exportação de capitais passa a adquirir uma importância cada vez maior. Com a formação dos monopólios, a união entre bancos e indústrias e a intensificação da concentração de capital, um dos resultados é o excedente de capitais nos países avançados. Não há mais espaço para a aplicação dos excedentes dentro das fronteiras nacionais — e, se o capital não é aplicado, não gera lucro. Portanto, a burguesia deve procurar outras fontes de investimento nos países pobres, onde as chances de extrair lucros maiores são grandes, já que nesses países o preço das terras, força de trabalho e matéria prima são baixos e os capitais, escassos (Lênin, 2012). “A necessidade da exportação de capitais se deve ao fato de o capitalismo ‘ter amadurecido excessivamente’ em alguns países, e o capital [...] carecer de campo [em seu país de origem] para a

sua colocação ‘lucrativa’ (Lênin, 2012, p.94).”

D) A formação de associações internacionais monopolistas de capitalistas, que partilham o mundo entre si. As organizações capitalistas (trustes, carteis, conglomerados etc.) partilham o mercado interno entre si. Porém, no capitalismo, o mercado interno é inevitavelmente conectado ao externo e, à medida que a exportação de capitais aumenta, junto com a relação entre os países desenvolvidos e os menos desenvolvidos, também aumenta a influência das associações monopolistas, e “a marcha ‘natural’ das coisas levou a um acordo universal entre elas, à construção dos carteis internacionais (Lênin, 2012, p.99)”.

E) A partilha territorial do mundo entre as principais potências capitalistas se completa, e “o mundo encontra-se completamente repartido, de tal modo que, no futuro, somente novas partilhas serão possíveis, ou seja, a passagem de territórios de um ‘proprietário’ para outro, e não a passagem de um território sem proprietário para um ‘dono’” (Lênin, 2012, p.110). A Inglaterra intensificou suas conquistas coloniais entre 1860 e 1890, e a França e a Alemanha entre 1880 e 1900 — exatamente no período da passagem do capitalismo para seu estágio monopolista (Lênin, 2012). “Em fins do século XIX, sobretudo a partir da década de 1880, todos os Estados capitalistas se esforçaram por adquirir colônias, o que constitui um fato universalmente conhecido da história da diplomacia e da política externa” (Lênin, 2012, p.111). As áreas de influência são fontes potenciais para suprir a necessidade de matérias-primas, mercado consumidor e alvos para exportação de capitais.

O capital financeiro não está interessado apenas nas fontes de matérias-primas já descobertas, mas também em fontes em potencial, pois, nos nossos dias, a técnica avança com uma rapidez incrível, e as terras não aproveitáveis hoje podem tornar-se terras úteis amanhã, se forem descobertos novos métodos (para tal fim, um grande banco pode enviar uma expedição especial de engenheiros, agrônomos etc.), se forem investidos grandes capitais. O mesmo acontece com a exploração de riquezas minerais, com os novos métodos de elaboração e utilização de tais ou tais matérias-primas etc. etc. Daí a tendência inevitável do capital financeiro em ampliar o seu território econômico e até o seu território em geral. (Lênin, 2012, pp.117/118)

Enfim, o imperialismo pode ser definido sucintamente como o estágio monopolista do capitalismo: o capital financeiro (capital bancário unido ao capital industrial) se intensificando nos países desenvolvidos e se expandindo sobre as regiões do globo que ainda não estavam definitivamente sob relações capitalistas (Lênin, 2012).

3. A ascensão dos Estados Unidos da América

Na transição do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista imperialista, despontaram dois países capazes de ameaçar a posição britânica: a Alemanha e — principalmente — os Estados Unidos (Arrighi, 2010). Os EUA experimentaram um notável surto de desenvolvimento após a Guerra da Secessão (1861-1865) (Harvey, 2013), e no início do século XX já detinham incontestável poder⁴, expressado pela

influência global de seus trustes, como os bancos de Morgan e Rockefeller, a gigantesca indústria elétrica General Electric e o conglomerado petrolífero Standard Oil Company (Lênin, 2012). Nesse período, o desenvolvimento do capitalismo em sua fase imperialista elevou as disputas e contradições inter-imperialistas, que se acirravam desde a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e a Partilha da África na Conferência de Berlim (1884-1885). O resultado foi uma crise global de superprodução, e a resolução encontrada pelas potências foi a deflagração de duas guerras mundiais (Harvey, 2013). Depois de 1945, com a Grã Bretanha enfraquecida pelos conflitos, os EUA definitivamente assumiram o posto de potência dominante, agindo primariamente por meio de um sistema de mercados e de empresas transnacionais (Arrighi, 2010) e de países dependentes e satélites (Hobsbawm, 2007). O modus operandi distinto se deve à mudança no funcionamento de alguns aspectos do imperialismo desde a época de Lenin. Como nos aclara Vesentini,

O elevado grau de concentração e centralização do capital, com o amplo predomínio de grandes empresas [...] em quase todo os ramos da economia, levou a uma transformação da concorrência: de conflitos abertos pela posse de “territórios” (ou melhor, mercados) por parte do capital financeiro inglês versus o alemão, por exemplo, passou-se à “divisão” do mundo com acordos (o que não exclui competição, mas em outro nível e com outras armas: propaganda, cooptação e/ou subornos de autoridades, espionagem e pirataria tecnológica,

capitalista somente em 1945, mas já em 1898, com a Guerra Hispano-Americana, já provaram ser uma importante potência (Suárez, 2006), como mencionaremos mais adiante.

⁴ Os EUA se firmaram como a grande superpotência e centro mundial de acumulação

etc.) por parte de empresas multinacionais (Vesentini, 1990, p.55).

A partir daí, os sucessivos governos dos EUA, “dedicado ele mesmo à acumulação ilimitada do capital, estava preparado para acumular o poder político e militar capaz de defender e promover esse processo em todo o globo (Harvey, 2013, p.41)”. As relações internacionais se desenvolvem no sistema interestatal, mas no estudo dessas relações é freqüentemente deixado de lado que esse sistema interestatal surge justamente como estrutura necessária para auxiliar o desenvolvimento do capitalismo (Arrighi, 2010) e que o Estado é uma expressão das contradições do modo de produção capitalista e um instrumento de dominação construído e utilizado pela burguesia para manter sua exploração sobre a classe trabalhadora (Lênin, 2013). Nas palavras de Mészáros,

A formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno (Mészáros, 2002, p.106).

Logo, as contradições do capitalismo também se expressam nas relações interestatais, e em nenhum lugar isso se torna tão claro quanto nas ações que os Estados Unidos praticam em outros países. O capital monopolista imperialista estadunidense expande e aprofunda suas relações ao redor do mundo apoiado pela força bélica do governo dos Estados Unidos, materializada em suas Forças Armadas, serviços secretos e em dezenas de bases

militares norte-americanas espalhadas pelo mundo, muitas delas secretas (Mészáros, 2006). Como diz Lênin, os monopólios

adquirem a máxima solidez quando reúnem nas suas mãos todas as fontes de matérias primas, e [...] as associações internacionais de capitalistas se esforçam para retirar do adversário toda a possibilidade de concorrência para adquirir, por exemplo, as terras que contêm minério de ferro, campos de petróleo etc. [...] Quanto mais desenvolvido está o capitalismo, quanto mais sensível se torna a falta de matérias-primas, quanto mais dura é a concorrência e a procura de fontes de matérias-primas em todo o mundo, tanto mais encarniçada é a luta por aquisição de colônias (Lênin, 2012, p.116).

Por isso, a carência de matérias-primas foi a força motriz de grande parte dos conflitos bélicos iniciados pelos EUA ou em que estes se envolveram, embora outros fatores sempre estivessem presentes.

Na década de 1950, os Estados Unidos estavam importando 48% de seu suprimento total de metais, comparado a 5% na década de 1920, e a saúde de sua economia dependia em suprimentos do Terceiro Mundo. A dependência em matéria-prima também era significativa. Como auxiliar os franceses na Indochina para impedir que todo o sudeste asiático caísse como dominós e as “grandes fontes de certas matérias primas” fossem suspensas. “Eu não acredito que este país possa sobreviver”. W. Averell Harriman, um dos homens mais influentes da era do pós-guerra, alertou um comitê do Senado no início de 1952, “se as fontes de matérias-primas estiverem nas mãos de povos hostis que estão determinados a nos destruir”. Essa

necessidade exigiu cada vez mais que os Estados Unidos usassem seus recursos encobertos e declarados para regular as relações de estados espalhados por vastas distâncias — um processo que sempre traz o perigo de conflito e guerra uma vez que as tropas e equipamentos dos EUA entram em cena (Kolko, 2006, p.10, tradução nossa).

Não é à toa que, segundo a análise de Magdoff (1978), as atividades militares norte-americanas se destinem principalmente à proteção das fontes de matérias primas, salvaguardar investimentos e mercados estrangeiros, conservar rotas comerciais aéreas e marítimas, preservar as esferas de influência dos negócios dos Estados Unidos e, de modo mais geral, auxiliar a manutenção da estrutura dos mercados capitalistas, não só para os Estados Unidos, “mas também para seus parceiros menores, das nações industrializadas, em que os negócios norte-americanos cada vez mais se emaranham (Magdoff, 1978, p.207)”.

4. Os EUA e o Golpe civil-militar de 1964

Como dissemos acima, o modo de produção determina em última instância os outros fenômenos sociais, e o Estado nacional contemporâneo é, em última análise, um instrumento criado a partir da impossibilidade de uma resolução das contradições do sistema capitalista, com o objetivo de assegurar os interesses das classes dominantes e exploradoras. Portanto, não é de se espantar que, em plena concordância com os movimentos de um país que se tornou o centro de acumulação capitalista, os programas dos sucessivos governos dos EUA têm refletido o ímpeto necessário desse país rumo ao expansionismo.

O arcabouço de valores propagados pelos Estados Unidos em todas as partes do mundo se origina na Guerra da Independência (1776-1783). Os EUA se tornaram a primeira república desde Roma antes do Império, e em 1789 foi ratificada a Constituição republicana, que, pelo menos em tese, permite a participação popular a níveis jamais vistos até então. Por isso, a primeira premissa política estadunidense é que os EUA são uma nação excepcional, diferente das demais, destinada a guiar toda a humanidade rumo a um futuro melhor (Pecequilo, 2012). No século XIX, na medida em que a nação se fortalece, torna-se possível um engajamento externo cada vez maior. Essa crescente projeção de poder internacional dá origem à noção do Destino Manifesto — que dá um sentido messiânico à política externa, que teria a missão divina de propagar o liberalismo e a democracia — e, na medida em que os EUA vão expandindo suas fronteiras e fazendo incursões no continente, à Doutrina Monroe (1823), “que estabelece o domínio dos Estados Unidos sobre o hemisfério ocidental, sua zona natural de influência geográfica (Pecequilo, 2012, p.3)”, marcando o início de uma longa relação de dominação entre os EUA e a América Latina.

Porém, na prática, a Doutrina Monroe demorou a tornar-se totalmente operante, uma vez que o imperialismo europeu ainda tinha presença significativa na América Latina, como por exemplo a subordinação da Argentina à Inglaterra, que havia praticamente transformado esse país em uma colônia comercial, os interesses ingleses na Guerra do Paraguai e nos países centro-americanos e os interesses alemães em expandir o Reich em alguns pontos do continente americano (Suárez, 2006). Somente a partir da

Guerra Hispano-Americana de 1898 os Estados Unidos se firmariam como potência mundial e consolidariam seu poder na América Latina (Suarez, 2006). Nessa Guerra, os EUA conquistaram as Filipinas, na Ásia, e vários outros territórios pertencentes à Espanha, como Porto Rico. Os interesses norte-americanos nessas áreas

não eram meramente econômicos, relacionados com o açúcar, com o café e com o tabaco. Eram também estratégicos. O governo americano percebia o domínio de Cuba—da mesma forma que o de Porto Rico e o das Ilhas Virgens, cuja cessão o presidente McKinley buscara obter da Dinamarca com o objetivo de estabelecer ali uma base naval e um depósito de carvão—como fundamental para a segurança das rotas no Golfo do México e para a defesa do canal que projetava abrir no istmo do Panamá havia quase cinquenta anos (Bandeira, 2009, p.47).

No rastro do saque dessa guerra, os próximos presidentes norte-americanos — William McKinley, Theodore Roosevelt e William Howard Taft — empreenderam diversas ações no sentido de consolidar sua hegemonia e dominação ao sul do Rio Bravo, causando uma redução progressiva da importância da Europa na região (Suarez, 2006). A partir de então, os EUA procuraram assegurar seu domínio na América Latina por meio, quando necessário, de operações militares abertas ou secretas, mas principalmente através de doutrinas, acordos econômicos e “alianças”, como por exemplo, a Doutrina do Big Stick de Theodore Roosevelt, no início do século XX, ou a Aliança para o Progresso, de Kennedy, já nos anos 1960 e no contexto da Guerra Fria. Essas ações são a expressão mais clara de que a linha mestra da política externa norte-

americana sempre foi assegurar a expansão de capital norte-americano⁵. No Brasil, a ingerência dos EUA nunca foi tão clara quanto no Golpe civil-militar de 1964. Ainda que na época estivessem envolvidos na escalada da Guerra do Vietnã, nada

impediu que os Estados Unidos tratassem de reafirmar seu domínio na América Latina como sua área de influência. Quatro meses após assumir a presidência dos Estados Unidos, [Lyndon] Johnson dera o sinal verde para a intervenção militar no Brasil (*Operation Brother Sam*), em apoio ao golpe militar, articulado pela CIA, contra o governo trabalhista de João Goulart. O embaixador dos Estados Unidos no Brasil, Lincoln Gordon, além de recomendar “*a clandestine delivery of arms*”, para serem usadas por forças-tarefas e operações encobertas, bem como de suprimentos de gás e petróleo, instara a administração de Johnson que se preparasse sem demora para a contingência de uma “*overt intervention at a second stage*”. Johnson [...] ordenou então “*to take every step that we can, be prepared to do everything that we need to do*”. Goulart não teve condições de resistir. E Lincoln Gordon, posteriormente, pôde dizer que estava “muito feliz” com a vitória da sublevação deflagrada em Minas Gerais, “porque evitou uma coisa muito desagradável, que seria a necessidade de intervenção militar americana no Brasil” (Bandeira, 2009, p.269).

A falta de necessidade de uma participação mais ativa no golpe não significou que os EUA não estivessem

⁵ A expansão do capitalismo norte-americano, e mesmo seu aprofundamento dentro de suas fronteiras, está intimamente ligado ao poderoso complexo industrial-militar. Para mais informações, ver Mészáros (2002).

ativos em solo brasileiro durante a ditadura. Já no governo de Castello Branco, alguns membros da polícia e das Forças Armadas foram transformados em esquadrões da morte e ensinados, pelo governo dos Estados Unidos, a torturar e a lidar com contra-insurgentes (Blum, 2004).

As torturas variavam de simples, mas brutais, golpes de cassetetes a choques elétricos. Frequentemente a tortura era mais refinada: a ponta de um pedaço de palha era colocada no ânus de um homem nu que ficava pendurado de cabeça para baixo no pau de arara, e um pedaço de algodão embebido em petróleo era colocado e acessado do outro lado da palha. Mulheres grávidas eram forçadas a assistir aos seus maridos serem torturados. Esposas eram penduradas nuas na frente dos maridos e recebiam choques elétricos nos órgãos sexuais, enquanto eram sujeitas aos piores tipos de obscenidade. Crianças eram torturadas na frente de seus pais e vice versa. [...] A duração das sessões depende da capacidade de resistência das vítimas, e as vezes podem continuar por dias seguidos (Anistia Internacional, apud Blum, 2004, p.171, tradução nossa).

Porém, como já dissemos, a Guerra Fria e o anti-comunismo não são explicações suficientes para desvendarmos o apoio dos EUA ao golpe e seu contínuo suporte teórico, prático e ideológico às forças repressivas brasileiras. Quando seguimos as determinações materiais mais básicas — a esfera econômica —, a questão começa a se aclarar quando levamos em conta que, antes de tudo, a ditadura concentrou o poder do Estado com o objetivo de criar as condições necessárias para que o Brasil entrasse novamente no rumo do “desenvolvimento econômico”, cujas bases principais haviam sido

estabelecidas [no período JK]; [era tarefa do estado] criar as condições práticas e ideológicas para que as ‘forças de mercado’ pudessem desenvolver-se amplamente (Ianni, 1981, p.33)”.

Isso quer dizer não só que o Estado foi transformado em uma espécie de “capitalista coletivo” que, por meio de empresas estatais, explorava os operários assalariados e lhes extraía mais-valia, mas que a própria repressão estatal era uma manifestação da economia política da ditadura, “no sentido de criar a estabilidade política e favorecer a produção de mais-valia, convenientes à burguesia detentora do capital monopolista (Ianni, 1981, p.54)”. A repressão aos sindicatos, ligas camponesas, partidos, movimentos sociais e à classe trabalhadora em geral possibilitaram a superexploração da classe trabalhadora brasileira necessária para criar uma acumulação que desenvolvesse o país nos marcos do capitalismo (Ianni, 1981). Para sermos mais claros,

Junto com o sistema federal de planejamento, o sistema federal de repressão também entrou nesse processo de acumulação do capital. Opera sobre as forças produtivas, isto é, a força de trabalho, e nas relações de produção. Não aparece apenas no aparelho repressivo, mas inclusive nas organizações públicas e privadas, cujos mecanismos de organização e funcionamento, ou princípios de hierarquia, disciplina e desempenho, envolvem as mais diversas formas de punição. [...] [A] violência política, policial e militar aparece também nos locais de trabalho — fábrica, fazenda, latifúndio, empresa, escritório. No âmbito das relações de produção, a violência estatal passa a ser uma potência econômica, ou força produtiva. A violência do poder

estatal, como violência concentrada e organizada da sociedade burguesa, passa a atuar no sentido de garantir e reforçar a subordinação econômica e política da classe operária e do campesinato. **Ao dinamizar as forças produtivas e as relações de produção, favorece a produção de mais-valia, a dinamização dos processos envolvidos na produção de capital. Assim, a combinação do sistema federal de planejamento com o sistema federal de violência passa a operar de forma decisiva na dinâmica de transformação do que poderia ser uma taxa potencial de mais-valia em mais-valia efetiva. Nesse sentido é que a ditadura propicia a produção de uma taxa extraordinária de mais-valia** (Ianni, 1981, pp. 43/44, grifos nossos).

Até aqui, nada surpreendente, afinal, o Estado capitalista, como instituição burguesa, tem a tarefa de proteger a propriedade privada dos meios de produção e manter a continuidade e concentração da acumulação de mais-valia, e pode mudar seu funcionamento específico de acordo com a conjuntura. Agora, precisamos analisar parte da composição do capital do Brasil dos anos 1960.

Como já vimos, a virada do século XIX para o século XX marcou a passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo imperialista, monopolista e com predomínio do capital financeiro. Após a Segunda Guerra Mundial, assistimos à outra mudança: o imperialismo europeu, especialmente britânico e francês, com base em possessões coloniais, cede espaço aos Estados Unidos como superpotência predominante, cuja forma de dominação não se sustenta pelo colonialismo, mas pela expansão das grandes corporações

multinacionais norte-americanas que investem em vários pontos dos países subdesenvolvidos. Como não poderia deixar de ser, isso causou grande influência na composição econômica dos países periféricos, e o Brasil não foi exceção.

O capitalismo brasileiro, tardio e dependente, viria a ser tanto transnacional quanto oligopolista e subordinado aos centros de expansão capitalista. O capital “nacional”, que fora predominante no governo de Getúlio Vargas, conseguiria coexistir de modo significativo somente em sua forma associada ou em empresas pertencentes ao Estado. Mesmo nesse último caso, o capital transnacional teria ainda um papel central através de joint ventures (empreendimentos conjuntos) entre o Estado e corporações multinacionais, além de exercer controle multinacional parcial das ações de empresas estatais brasileiras (Dreifuss, 1981, p.49).

Esse processo não foi revertido depois de Vargas, na medida em que a economia brasileira adentrava cada vez mais o bloco multinacional liderado pelos Estados Unidos, gerando uma concentração econômica progressiva, com o capital se centralizando em grandes unidades industriais e financeiras (Dreifuss, 1981). Dentro desses grandes grupos que atuavam no Brasil, o capital transnacional norte-americano era proeminente: “Os americanos representavam 13 grupos (48%) do total de 29 grupos multinacionais bilionários (Dreifuss, 1981, p.50)”. Mesmo grande parte das grandes empresas consideradas “nacionais” eram controladas por grupos multinacionais, e esse processo foi estendido depois de 1964 (Dreifuss, 1981).

Grandes companhias multinacionais e mesmo “nacionais” dominavam a economia. Interesses multinacionais predominavam no setor secundário, o mais dinâmico deles. Através de seu controle oligopolista do mercado, as companhias multinacionais ditavam o ritmo e a orientação da economia brasileira. Nos centros capitalistas (Estados Unidos e Europa), o capital financeiro reinava supremo no círculo de hegemonia americana. O capital americano, que detinha somente 2,0% dos investimentos no exterior no primeiro quarto do século, passou a ocupar em 1960 uma posição proeminente, possuindo perto de 60% dos investimentos estrangeiros. [...] *A maior parte dos investimentos no Brasil era feita por corporações americanas multinacionais de maior importância, organizadas localmente de acordo com a lei brasileira de modo a usufruir vantagens administrativas e tributárias. Em alguns casos essas corporações eram organizadas sob um nome tal que não as ligava, à primeira vista, à matriz, a fim de ganhar identidade local* (Dreifuss, 1981, p.57, *italico nosso*).

Por exemplo, no início da década de 1960, segundo Dreifuss (1981), os EUA eram responsáveis por mais da metade dos investimentos estrangeiros na indústria de automotores e eletrodomésticos — as companhias estadunidenses mais proeminentes nesse setor eram a General Motors, Ford, Willys Motors, International Harvester, Caterpillar, IBM, Armstead, entre outras. No setor de petróleo e mineração, os americanos detinham 65% dos investimentos estrangeiros, principalmente através da Bethlehem Steel, Standard Oil, Texaco e Atlantic. Na área da indústria química, os americanos somavam 40% dos investimentos transnacionais, e as

companhias mais destacadas eram a Union Carbide, Celanese e Kodak. Já nos setores não-manufatureiros,

que incluíam finanças, comércio, publicidade, imóveis e agricultura, cerca de 280 milhões de dólares foram investidos, dos quais a terça parte, aproximadamente, provinha dos Estados Unidos. Nos setores bancários e financeiro, os Estados Unidos lideravam o investimento transnacional com cerca de 25% de um total de 152 milhões de dólares. [...] Os grandes interesses americanos incluíam o First National City Bank e o First National Bank of Boston [...]. No comércio predominavam os interesses americanos com cerca de 55% do total de 80 milhões de dólares de investimento transnacional [...]. As maiores corporações americanas eram a Sears ROebuck, a Pittsburh Plate Glass e a Singer Sewing Machine. Nos setores de publicidade, imóveis e agricultura, o total do capital transnacional era de cerca de 50 milhões de dólares, dos quais 40% era americano (Dreifuss, 1981, p.59).

Na época do golpe e durante a ditadura, em suma, os EUA detinham, de longe, a maior parcela dos investimentos estrangeiros no Brasil. Para apreendermos melhor a importância desses dados, devemos levar em conta o que Octavio Ianni chamou de “tripé da economia brasileira”, ou seja, seus três setores mais significativos: as empresas nacionais privadas, as empresas estatais e as empresas do setor imperialista. Como não poderia deixar de ser no sistema capitalista, onde cada burguês individual busca primeiramente o seu próprio lucro, esses três setores frequentemente entraram em disputa, especialmente pelo acesso aos privilégios fornecidos pelo Estado (Ianni, 1981). Meio a essa complexa

articulação de interesses, fica clara a supremacia do imperialismo sobre os demais setores:

Se é inegável que o setor estatal é poderoso, pela quantidade de grandes empresas e pela posição estratégica em que elas se encontram na estrutura da economia, também é inegável que o setor imperialista é o que realiza a acumulação monopolista em maior escala. **Na economia política da ditadura, tanto o setor estatal como o privado nacional acabam por articular-se de forma subordinada ao setor imperialista. Isto é, o imperialismo beneficia-se amplamente das “economias externas” e da mais-valia proporcionadas pelos setores nacional e estatal. [...] [E], em consonância com essas articulações e determinações recíprocas, todo capital industrial (em nível de empresa privada nacional, empresa governamental ou estrangeira) passa a ser altamente determinado pela posição e importância de que o capital imperialista (fundamentalmente monopolístico) desfruta na configuração e nos movimentos da economia como um todo** (Ianni, 1981, p.49, grifo nosso).

Nesse cenário econômico dominado pelo capital imperialista e monopolista, o Estado foi conduzido a engendrar uma política econômica que possibilitasse uma maior concentração das empresas maiores e absorção de companhias menores, retirando qualquer grande barreira à acumulação privada de capital. “A ditadura transformou a economia brasileira em território livre, altamente ‘simpático’ para o capital monopolista (Ianni, 1981, p.50).”

Tornam-se claros agora os interesses econômicos por trás do apoio

estadunidense ao golpe civil-militar de 1964. O Estado brasileiro, entre 1964 e 1985, proporcionou um ambiente propício à maior extração de trabalho excedente e acumulação de capital — atividades que constituem o fim último do modo de produção capitalista —, e o setor do capital que predominou nessa época foi o capital estrangeiro. Dentre esse capital estrangeiro que atuava no Brasil, predominava o capital estadunidense, materializado em suas corporações multinacionais, que se beneficiaram das condições criadas pela ditadura para extrair o máximo de mais-valia possível. Sendo o Estado norte-americano um instrumento de dominação e perpetuação dos interesses da burguesia, é apenas lógico que a ditadura civil-militar brasileira jamais perdesse o apoio dos governos norte-americanos, sempre diligentes em sua tarefa de auxiliar, via Estado, a expansão do capital imperialista e monopolista.

5. Considerações finais

Através dos pressupostos teóricos apresentados no início — a análise dos fenômenos sociais levando em conta sua base econômica —, procuramos fugir de uma visão politicista da História, que considera os acontecimentos políticos como autônomos, desprovidos de qualquer determinação mais profunda e de qualquer contexto mais amplo. Grande parte dos intelectuais de esquerda tende a analisar o apoio dos EUA ao golpe de 1964 no Brasil como se fosse apenas uma jogada no tabuleiro geopolítico da Guerra Fria. Obviamente, esse foi um fator de peso, e, dado o espaço reduzido de um artigo, deixamos de lado várias questões muito importantes que contribuíram imensamente para que a História tenha se desenrolado como se desenrolou, mas tentamos dar ênfase na

contribuição do próprio desenvolvimento global do modo de produção capitalista para que os serviços secretos dos EUA tenham se articulado com setores conservadores brasileiros para tramarmos a derrubada de Goulart.

É interessante ressaltar, ainda, que o golpe foi desferido em 1964. Alguns anos depois, no final da década de 1960, o modo de produção capitalista entrou em uma emblemática crise global de superprodução. Segundo Harvey (2012), a organização fordista nas fábricas e o Estado de Bem Estar Social no mundo ocidental deixaram de ser alavancas para tornarem-se obstáculos à continuidade da acumulação de capital, que atingia níveis astronômicos, jamais vistos até então. De acordo com Hobsbawm (1995), o ano de 1973 marca o fim da “Era de Ouro” do capitalismo e a virada em aspectos importantes de seu funcionamento: o fordismo dá lugar ao toyotismo e à flexibilização e precarização do trabalho, aumenta a migração das fábricas para os países pobres, os sindicatos são desmantelados, o Estado de Bem Estar começa a ser desmontado enquanto os direitos trabalhistas evanescem. Autores como Mészáros (2002) defendem a tese de que a crise dos anos 1970 não é cíclica, mas estrutural, uma crise pela qual ainda passamos, que não foi e jamais será solucionada dentro dos marcos do capitalismo. Nesse contexto, não nos parece absurdo levantar a hipótese de que em 1964 já havia sinais dessa crise, e por isso ações como o golpe no Brasil fossem vistas na época como necessidades vitais do imperialismo frente a uma capacidade cada vez menor de acumular mais-valia e uma taxa de lucro em declínio.

De qualquer forma, o papel do imperialismo na ditadura civil-militar brasileira é mais um exemplo, dentre muitos, de que, nos dizeres de Mészáros (2002), o sistema do capital já esgotou sua capacidade civilizatória, e nada mais nos aguarda sob a égide do capital a não ser a barbárie.

Referências

- ARRIGHI, Giovanni. **The long twentieth century: Money, Power and the origins of our times**. London, Verso, 2010.
- BLUM, William. **Killing Hope: U.S. Military and CIA interventions since World War II**. Maine, Common Courage Press, 2007.
- DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis, Editora Vozes, 1981.
- HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo, Edições Loyola, 2012.
- HARVEY, David. **O novo imperialismo**. São Paulo, Edições Loyola, 2013.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.
- HOBSBAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo, Companhia das Letras, 2007.
- IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1981.
- KOLKO, Gabriel. **The age of war: The United States confronts the World**. London, Lynne Rienner Publishers, 2006.
- LENIN, V. I. **Imperialismo: fase superior do capitalismo**. São Paulo, Expressão Popular, 2012.
- LENIN, V.I. **Estado e revolução**. São Paulo, Expressão Popular, 2012.
- MAGDOFF, Harry. **A era do imperialismo**. São Paulo, Hucitec, 1978.
- MARX, Karl. **Contribuição para a crítica da economia política**. São Paulo, Expressão Popular, 2007.
- MARX, Karl. Engels, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo, Boitempo, 2012.

MARX, Karl. Engels, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo, Boitempo, 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro 1, 2 volumes. São Paulo, Difel, 1985.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo, Boitempo, 2011.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI: socialismo ou barbárie?**. São Paulo, Boitempo, 2006.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo, Boitempo, 2002.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. **Os Estados Unidos e o século XXI**. Rio de Janeiro, Elsevier, 2012.

SUÁREZ, Luis. **Um siglo de terror en América Latina: crónica de crímenes de Estados Unidos contra la humanidad**. La Habana, Ocean Sur, 2006.

VESENTINI, José William. **Imperialismo e geopolítica global**. Campinas, Papirus, 1990.

Recebido em 2014-11-22

Publicado em 2016-05-28